

A NARRATIVA HISTÓRICA COMO OBJETO DE ANÁLISE LINGUÍSTICA

EDUARDO FELTEN*

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado empreendida no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB) com foco na análise do vocabulário da História do Brasil e do léxico da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A fim de criar sinais-termo correspondentes a termos que compõe o vocabulário da História do Brasil em Língua Portuguesa, buscamos erguer relações relevantes entre a História e a Linguística.

Para que haja elementar relação entre as ciências em questão, compreendemos que a narrativa, para a Linguística, é concebida como o discurso engendrado à temporalidade passada em relação ao momento da enunciação, ou seja, é “a linguagem posta em ação, a língua assumida pelo falante” (DUBOIS, 1978, p. 192), trazida à tona por utilidade e motivação prática científica, ou ainda, um gênero textual que pressupõe elementos básicos como uma instância narrativa que pode ser um ponto de vista, um personagem, uma antologia, no caso da História, um pensamento atuante num tempo e num espaço determinados onde quem narra é o historiador.

Isso quer dizer que, na História, existe um fato narrado que tenta constituir uma reflexão sob determinados efeitos inseridos em tempo e espaço definidos. A partir da narrativa, institui-se a linguagem da história que surge para nomear os próprios eventos históricos, acontecimentos que só podem ser expostos a partir de seus rastros discursivos (DOSSE, 2012). Ao observarmos fatos históricos como eventos ocorridos pontualmente em um determinado período histórico, para que esses mesmos eventos possam se cristalizar e se fixar, é necessário o emprego da linguagem.

REFLEXÕES SOBRE A INTERCEÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E HISTÓRIA

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

Para que possamos compreender as contribuições entre a Linguística e a História, é importante que consideremos a Narrativa como objeto de análise primeira. Em segundo plano, é imprescindível que saibamos qual o valor significativo da Narrativa para ambas as ciências. Ademais, apresentamos as convergências inerentes à Narrativa Histórica e à Narrativa no nível do discurso e as atribuições de cada investigador, isto é, o que compete ao historiador e ao linguista na análise da relação Linguística e História.

A narrativa, para a Linguística, é concebida como o discurso engendrado à temporalidade passada em relação ao momento da enunciação, ou seja, é “a linguagem posta em ação, a língua assumida pelo falante” (DUBOIS, 1978, p. 192), trazida à tona por utilidade e motivação prática científica, ou ainda, um gênero textual que pressupõe elementos básicos como uma instância narrativa que pode ser um ponto de vista, um personagem, uma antologia, no caso da História, um pensamento atuante num tempo e num espaço determinados onde quem narra é o historiador. Isso quer dizer que, na História, existe um fato narrado que tenta constituir uma reflexão sob determinados efeitos inseridos em tempo e espaço definidos.

Na narrativa histórica, os personagens da narrativa não mudam de espaço e tempo em que os fatos ou eventos aconteceram como é possível na narrativa literária, por exemplo. A História mostra fatos determinados pelas fontes disponíveis. A Princesa Isabel sancionou a Lei Áurea no Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1888, para a extinção da escravidão no Brasil. Essa informação que é de grande valor para a História da nação possui um personagem, no caso, a filha de Dom Pedro II que, pela conjuntura política e social da época, fez com que a Lei fosse sancionada no Rio de Janeiro e não em outra cidade.

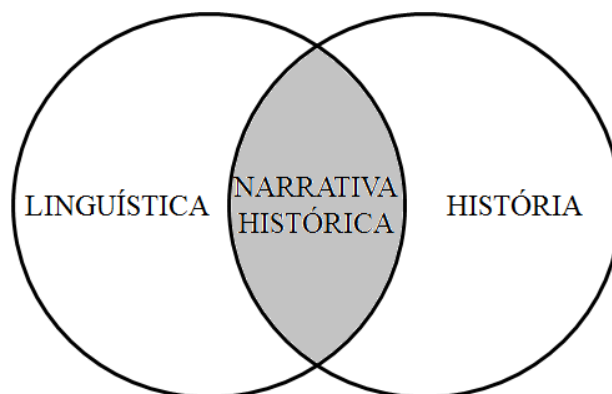
É preciso ter essa concepção clara para que possamos compreender a relação entre a Linguística e a História, ou ainda, as contribuições da História para a Linguística. Além do mais, ao se referir à narrativa e ao discurso, não se pretende empreender um estudo de análise do discurso; antes, pretendemos analisar o discurso histórico como objeto de análise linguística para obtenção de conceitos sob o ponto de vista da Lexicologia e da Terminologia, seja ele resultado da análise investigativa do historiador seja, apenas, recolha de fontes consideradas históricas pela História.

Para a História, a narrativa é o produto final de uma investigação, constituída por meio de um método, ou seja, o produto que o historiador entrega de sua pesquisa que, segundo Rüsen (2010), é expresso por repercussões temporais das casualidades do mundo humano. Por intermédio da narrativa, a História pretende não apenas narrar as

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

modificações temporais, mas explicá-las. Analogamente, a concepção de narrativa para a História possui o mesmo valor semântico que a Linguística. A interseção entre as duas ciências se encontra no texto. Assim, podemos representar o ponto em que se encontram as duas ciências. Vejamos:

Figura 1 – Interseção entre Linguística e História.



Fonte: Felten (2016, p. 24)

A pesquisa linguística da narrativa histórica começa no momento em que o trabalho investigador do historiador termina. A esse respeito, Rüsen (2010) relata que

o princípio da narrativa passou a ser um tema no debate teórico na história quando tornou necessário levar em conta a especificidade do pensamento histórico ao se tratar do padrão de racionalidade da explicação científica. [...] Narrar é um tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional. O narrar passou a ser visto, como uma práxis cultural elementar e universal da constituição de sentido expressa pela linguagem (p. 153-154).

Além de justificar as concepções de narrativa histórica para as duas ciências, é fundamental deixar definido as atribuições de cada investigador, isto é, o que compete ao historiador e ao linguista na análise da relação Linguística e História. Escrever a história é tarefa do historiador, já o linguista, ocupa-se das observações e experiências empíricas da linguagem conforme a sua orientação investigativa. Esta pesquisa seguiu orientada por análises estritamente linguísticas da narrativa histórica, sobre um vocabulário especializado da História do Brasil proveniente do discurso histórico sob a orientação dos estudos Lexicológicos e Terminológicos. Para tanto, é pertinente que se evidencie o processo de construção da narrativa histórica em consonância com os estudos sobre teoria da histórica de Jörn Rüsen e em companhia da Linguística.

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

Começamos pelas fontes, heranças do mundo humano, recurso pelo qual a História “fala”. Do ponto de vista da Escola Metódica positivista do século XIX, quando a História se constituiu como disciplina, a questão central da História é a descoberta dos fatos voltados à pesquisa documental em que o ofício do historiador era exercido com “base no modelo das ciências naturais, a ciência ao invés da arte” (HARTOG, 2005, p. 174), com leituras de documentos considerados fontes consistentes. Em seguida, a descoberta dos fatos, voltada à pesquisa documental, ganhou abrangência, pois as possibilidades interpretativas ganham amplitude com a Escola dos *Annales* no século XX em que Marc Bloch justifica que o campo do historiador se amplia na mesma proporção que a tipologia da sua fonte, discussão que marcou as décadas de 1970 e 1980. Os produtos dessas análises resultam em reflexões sobre o passado e, conforme revelam Karnal e Tatsch (2004, p. 45), ocorre “um diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas”.

A abrangência da tipologia das fontes históricas identificada pela *Annales* tem favorecido os pesquisadores da História em descobrir em pinturas, histórias em quadrinhos, discurso fílmico, relatos de experiência, cartas deixadas por prisioneiros em campos de concentração nazistas, novelas e tantos outros objetos considerados pela História fontes interpretativas, materiais passíveis de construção da narrativa. *A História da Vida Privada no Brasil*, *a História das Mulheres no Brasil*, *A História da Feiura*, *A História da Beleza*, *a História do Vestiário do Ocidente* e tantos outros novos campos, ao longo do século XX, trouxeram ressignificações ao documento histórico (ibid., p. 47). Outros recursos que podemos considerar como fontes históricas são os dicionários para estudos diacrônicos.

A construção da narrativa histórica é expressa por uma “sequência temporal de situações: elas afirmam que alguma coisa num determinado momento (t^1) era assim, mais tarde era diferente (t^2) e ainda mais tarde (t^3) ainda mais diferente” (RÜSEN, 2010, p. 44). Esquemáticamente, o processo da construção na narrativa histórica pode ser apresentado como simples sequência temporal das várias situações de “S”:

Figura 2 – Construto do processo da narrativa segundo Jörn Rüsen.

$$S_1 \rightarrow S_2 \rightarrow \dots S_n$$

Fonte: Rüsen (2010; p. 44 apud FELTEN, 2016, p. 26))

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

Essa “alguma coisa”, representada simbolicamente por um “S”, refere-se ao elemento de uma dada história: Dom João VI embarca de Portugal para o Brasil juntamente com a família e outros que compunham a Corte, numa fuga das tropas de Napoleão Bonaparte, para se proteger e proteger seus territórios, e eleva o Brasil à categoria de Reino, ao assinar o Decreto em que criava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; Dom Pedro I assinou a declaração de independência para que houvesse a separação política do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e a instituição do Império do Brasil. O processo investigativo que segue a representação da evolução temporal em que um fato procede a outro anterior influencia o seguinte, a narrativa histórica faz dos acontecimentos do passado, a narrativa para o presente, conforme a ênfase de Johann Gustav Droysen (1967).

Conforme o construto apresentado por Rüsen, verificamos que a narrativa histórica está determinada por um procedimento mental da capacidade de o homem interpretar a si mesmo e ao mundo ao seu redor. Dessa forma, tecemos compreensões e consciência de quem somos por meio da atividade intelectual de tornar presente aquilo que está no passado: nisto consiste a complexidade daquilo que chamamos história.

Desse modo, o pensamento histórico segue uma lógica cognitiva da prática linguística para constituição de sentido, isto é, expressa pela linguagem narrativa. Narrar faz parte da experiência humana, pois a todo momento estamos a pensar o passado, refletir fatos empíricos inerentes as nossas ações cotidianas e abstraímos uma série de informações que nortearão o nosso presente e poderão repercutir futuramente. Todo esse processo cognitivo da capacidade intelectual de compreender aquilo que vivemos e experimentamos ocorre por intermédio da língua, fundamento no qual o pensamento histórico passa pela prática linguística, uma vez que a língua é formadora e perpassa por todas as ciências.

Segundo Felten (2016, p. 30), as construções discursivas fonte que são gerados os termos inerentes à História, constituem-se em dois processos, a saber: nível *práxis* e nível *mental*, conforme o organograma da Figura a seguir.

Figura 3 – Processos discursivos segundo Felten (2016)



Fonte: Felten (2016, p. 30)

O nível que denominamos *práxis*, entendemos como o grau da prática ou motivação investigativa. Isto é, atividade motivada e empreendida pelo historiador; aquela prática externa ao indivíduo, embora essa ação esteja intimamente ligada a abstração humana. Queremos dizer que, embora este nível esteja no manuseio e análise das fontes históricas, sempre haverá um diálogo preciso, inerente e eminente à inteligência. Já o nível que chamamos de *mental*, está no grau da intelecção, razão ou mentalidade e também das estruturas inerentes à linguagem humana.

Para tanto, inferimos, pois, que os termos da História são provenientes das construções discursivas, resultantes de uma profunda reflexão que passa por todo processo investigativo (nível *práxis*), perpassa pela operação intelectual reflexiva (nível *mental*), faz correspondência com as estruturas mentais (nível *mental*) da língua e se constituem em unidades semânticas (nível *práxis* e nível *mental*).

Conforme Delbecque (2006), a língua nos permite estabelecer ligações cognitivas entre formas e significado que estão além da sua função comunicativa. A reconstrução do passado é exercida pelo ofício do historiador ao empregar um determinado método investigativo que estabelecerá, conforme o pensamento histórico, formas e significados cognitivos na organização temporal das análises das fontes que resultará numa narrativa

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

habitualmente exposta por um texto. É a partir deste resultado que entra em exercício as análises do linguista.

DA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA PARA A ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO

Até aqui, refletimos sobre o processo de construção da narrativa histórica no âmbito teórico a considerar os princípios da pesquisa histórica, suas formas e funções. A partir daqui, vamos para além dos fundamentos da História para vermos a estruturação dos textos, bem como os elementos e expressões linguísticas escolhidas pelo historiador para compor o discurso histórico.

O discurso histórico manifestado pelo texto comporta a capacidade de interpretação textual e a própria mentalização do mundo por parte daquele que o escreve. É importante considerarmos que as fontes históricas não falam por si, o que requer um especialista que as interprete, que veja aquilo que um sujeito comum é incapaz de conceber sem o mínimo de conhecimento sobre a razão histórica e os princípios da pesquisa. Além deste fato, muitos historiadores do pós-segunda guerra como Eric Hobsbawm, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, das décadas de 70 e 80, e outros mais recentes como Hayden White e Leandro Karnal problematizam a questão da narrativa histórica, reconhecendo elementos de ficcionalização em oposição à perspectiva positivista de uma construção que se orienta sob a égide da objetividade e neutralidade.

Quanto à imparcialidade do investigador, Hayden White (1994 apud MOSCATELI, 2003, p. 06), por exemplo, cita quatro modos fundamentais de implicação ideológica, isto é, o anarquismo, o conservadorismo, o radicalismo e o liberalismo, doutrinas que, no processo de construção de uma narrativa histórica, interferem na maneira pelos quais os pesquisadores constroem e explicam os acontecimentos históricos. Isso significa que as definições dos termos que compõe o modelo de glossário proposto por esta pesquisa, não estão baseados nas implicações ideológicas apresentadas por White (1994), entretanto, devemos considerar que também não estão imunes, uma vez que as definições são criadas a partir de bibliografia especializada de historiadores que possuem narrativas fundamentalmente ideológicas. Além do mais, não cabe a esta pesquisa de caráter mais linguístico entrar nos méritos dessas questões. Tais impasses ficam na responsabilidade dos historiadores e das suas reflexões sobre História. Do ponto de vista linguístico, essas implicações inerentes à História, refletem na composição conceitual dos

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

termos coletados para esta pesquisa, conceitos obtidos da historiografia que constrói a História do Brasil.

Um exemplo a respeito dessas implicações encontramos na definição do termo PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. Alguns historiadores defendem que a proclamação da República em 1889 se deu devido à decadência do império. Outros, no entanto, advogam a perspectiva de um golpe articulado por militares liderados por Deodoro da Fonseca. Observamos, com o exemplo acima descrito, que as definições dos termos da História do Brasil são provenientes de uma “cadeia narrativa de sentenças históricas” (RÜSEN, 2010, p. 46) que acompanham uma lógica do pensamento histórico munido por intencionalidades independentes no passado e no presente, isto é, tanto de quem cria um elemento num determinado tempo no passado, o que poderá se tornar uma fonte histórica, quanto daquele que a interpreta no tempo presente e que possa orientar a vida humana atual.

Por uma questão metodológica, as definições dos termos selecionados para compor o “*Glossário Sistemático Bilíngue Português-Libras de Termos da História do Brasil*”, foram retiradas de bibliografia especializada de historiadores que, seriamente, narram a História do nosso país, a saber, Lilia Moritz Schwarcs (2010, 2013), Heloisa Murgel Starling (2015), Angélica Madeira (2005), Mary del Priori (2010), Renato Venâncio (2010), Ronaldo Vainfas (2008), Gilberto Cotrim (2012). A partir dessas narrativas mais recentes que reinterpretem a História do Brasil, que compreendem os períodos da América Portuguesa, Império e República, que organizamos a terminologia dessa área do conhecimento. Nesse sentido, portanto, os termos carregam conceitos que são produtos de um longo processo da constituição da nação e da identidade do povo brasileiro. Por essa razão, podemos dizer que os termos são implicações de uma profunda reflexão dos fatores extralinguísticos, abstraídos e postos numa lógica história racional demonstradas por Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Gilberto Freyre (1933) em *Raízes do Brasil* e *Casa Grande e Senzala*, por exemplo.

A linguagem da história surge para nomear os próprios eventos históricos, acontecimentos que só podem ser expostos a partir de seus rastros discursivos (DOSSE, 2012). Ao observarmos fatos históricos como eventos ocorridos pontualmente em um determinado período histórico, para que esses mesmos eventos possam se cristalizar e se fixar, é necessário o emprego da linguagem. De acordo com Dosse (ibid., p. 166), a “(...) relação essencial entre linguagem e acontecimento – histórico – se constitui pela problematização das correntes etnometodológicas, do interacionismo e, é claro, pela

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

abordagem hermenêutica¹”. Essas três correntes ajudam a lançar bases de uma semântica histórica. Verificamos, portanto, que os termos recorrentes, encontrados nas provas de História do Brasil no ENEM, abrangem valor semântico histórico e abarcam a relação essencial entre linguagem e eventos históricos.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES PRELIMINARES

É fato que a história brasileira está a ser repensada, reconstruída e refletida atualmente. Exemplo clássico são os estudos sobre o descobrimento do Brasil em que alguns historiadores defendem não mais um “descobrimento”, mas um “achamento” que conota intencionalidade das terras de além-mar. Hoje, essa concepção já é problematizada pelos professores de História do Brasil na Educação Básica. Com a história propiciamente repensada, os conceitos sobre os fatos e eventos vão se renovando e, juntamente com eles, outros termos são gerados para definir esses conceitos.

A partir disso, fica claro que a História passa pela perspectiva linguística para se estabelecer como ciência não apenas por modelos cientificistas, mas pelos caminhos cognitivos de abstração e expressões por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Avaliações do ENEM: Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/enem/edicoes-antteriores/provas-e-gabaritos>>. Acesso em: outubro de 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2010. p. 164.

DELBECQUE, Nicole. **Linguística cognitiva**: compreender como funciona a linguagem. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

DELBECQUE, Nicole. **Linguística cognitiva**: compreender como funciona a linguagem. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

¹ A hermenêutica é a arte e o método de interpretar significados expressos textualmente. Como disciplina, a hermenêutica estuda e sistematiza os processos para construção e justificação dos sentidos de um texto ou de um análogo ao texto (artefatos, cultura material, ritual, organização). Disponível em <<https://ensaioesnotas.wordpress.com/2014/11/20/o-circulo-hermeneutico-para-leituras-criticas/>>. Acesso em 01 fev.2016.

*Professor de Língua de Sinais Brasileira (LSB) na Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília e graduação (em andamento) em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG.

DROYSEN, J. G. Historik. Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Genshichte. 5ª ed.: In: **R. Hühner**. Munique, 1967.

DUBOIS, Jean; [et. al.]. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2014.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia G. A Memória Evanescente: Documento e História. In: KARNAL, Leandro; FREITAS NETO, José Alves de; TATSCH, Flávia Galli (coord. edit.). **A Escrita da Memória**: interpretações e análises documentais. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.

MOSCATELI, Renato. A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas. In: **Revista Urutágua**, nº 06, quadrimestral. Maringá: Universidade Estadual de Maringá – Departamento de Ciências Sociais, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 242.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 206.